

## EXAME DE ORDEM 01/2007

### PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

#### TURNO MANHÃ

#### QUESTÕES PRÁTICAS

#### Área de Opção: Direito Penal e Processual Penal

#### Instruções

1. Verifique se este caderno contém **05 questões práticas** e se a área de opção está correta. Caso contrário, solicite um novo caderno ao fiscal da sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. Responda às questões com letra legível, utilizando caneta de tinta azul ou preta e procurando não ultrapassar os limites propostos.
3. Observe que **não** é permitido o uso de corretivo líquido ou borracha.
4. Evite formular perguntas após o início da prova. O entendimento da questão faz parte da avaliação.
5. **Não aponha sua assinatura no corpo das folhas de respostas nem coloque qualquer sinal de identificação.**
6. Não se retire da sala antes de transcorrida **1 hora** do início da prova.
7. Devolva, ao término da prova, **o caderno de questões e as folhas de rascunho** ao fiscal da sala.
8. Lembre que o tempo de duração da prova é de **4 horas**.

**Observação:** Preencha o nome em letra de forma, aponha sua assinatura e seu número de inscrição e indique a cidade de realização da prova. Não faça nenhum sinal identificador em qualquer outro campo deste caderno.

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nº de Inscrição:

--	--	--	--	--	--

Cidade de Prova: \_\_\_\_\_

---

## QUESTÕES PRÁTICAS

- Questão 01.** Você, como advogado, foi procurado por um Promotor de Justiça declarado suspeito pelo Juízo da Comarca em que trabalha, para recorrer da decisão do Magistrado *a quo*. Sabendo-se que o trâmite do pedido de suspeição transcorreu em atendimento a todos os ditames processuais legais, indique:
- a) a medida cabível; **(até 0,4)**
  - b) o prazo para sua interposição; **(até 0,3)**
  - c) o órgão competente para seu julgamento. **(até 0,3)**
- 
- Questão 02.** O Delegado de Polícia remeteu à Justiça inquérito policial. No relatório, indiciou João pelo delito de estelionato, previsto no art. 171, *caput*, do CP. Todavia, durante a investigação, João não foi intimado pelo Delegado para ser interrogado. O Ministério Público ofereceu a denúncia, por entender que havia os elementos necessários para a propositura da ação penal, de acordo com os arts. 41 e 43 do CPP. O Juiz competente recebeu a peça acusatória. Está correta a decisão do Juiz, tendo em vista que não houve interrogatório na fase pré-processual? Justifique e fundamente sua resposta. **(até 1,0)**
- 
- Questão 03.** Em 26.03.2006, Ana, de 18 anos, furtou de sua mãe Paula, de 57 anos, mediante fraude, R\$ 300,00 que se encontravam no armário da ofendida, a fim de adquirir drogas para consumo próprio. Ao descobrir o fato, a genitora dirigiu-se à Delegacia de Polícia para solicitar providências. Instaurado o inquérito, Ana foi indiciada por furto qualificado, tendo o Ministério Público oferecido denúncia em 04.12.2006. Processado regularmente o feito, foi prolatada sentença condenatória em 13.04.2007, que fixou pena privativa de liberdade de 2 anos, no regime aberto, sendo a sanção corporal substituída por 2 penas restritivas de direito. Diante do exposto, responda:
- a) que matéria de direito deixou de ser observada e pode ser ventilada em sede de recurso? **(até 0,7)**
  - b) qual o fundamento legal? **(até 0,3)**
- 
- Questão 04.** Pedro foi denunciado por fato que permitia a suspensão condicional do processo, o que lhe foi oferecido em audiência realizada em 15.09.2004. O processo foi suspenso por 2 anos a partir de então, e Pedro obrigou-se a comparecer mensalmente em juízo para comunicar suas atividades, bem como comprometeu-se a não deixar a Comarca por mais de 30 dias sem requerer autorização judicial. Em 18.09.2006, sem qualquer revogação da suspensão, o Ministério Público foi ouvido, quando apresentou certidão de antecedentes e requereu a retomada do feito criminal, pois o acusado respondia a outra ação penal desde março de 2006. O Magistrado acatou a sugestão ministerial e deu novo impulso à persecução penal. Diante do exposto, responda:
- a) qual a medida adequada para impedir o prosseguimento da ação? **(até 0,5)**
  - b) qual o fundamento para se garantir o trancamento da ação penal? **(até 0,5)**
- 
- Questão 05.** Carlos Roberto foi processado e condenado pelo crime de lesão corporal leve a uma pena de 9 meses de detenção, substituída por prestação de serviços à comunidade. No recurso de apelação, Carlos Roberto, através de seu advogado constituído nos autos desde o interrogatório, alegou que, sem motivo aparente, nenhum dos dois foi intimado dos prazos dos arts. 499 e 500 do CPP, tendo sido as alegações finais oferecidas por Defensor Público. A Turma Recursal, por maioria, negou provimento ao recurso, não acolhendo as teses invocadas de desrespeito aos referidos dispositivos de lei federal e de cerceamento de defesa por violação ao art. 5º, inc. LV, da CF, por entender ausente qualquer prejuízo. Diante do exposto, aponte:
- a) o(s) recurso(s) a ser(em) interposto(s) pelo advogado de Carlos Roberto; **(até 0,5)**
  - b) o prazo para sua interposição. **(até 0,5)**

**Observação:** Conforme o artigo 19 do Regulamento do Exame de Ordem 01/2007, a nota final da prova prático-profissional será expressa, em números inteiros, na escala de 0 (zero) a 10 (dez). A cada questão prática será atribuída nota na escala de 0 (zero) a 1 (um) e, à peça processual, nota de 0 (zero) a 5 (cinco). As questões práticas e a peça processual corresponderão ao peso de 50% (cinquenta por cento) cada uma. A nota final da prova será igual ao somatório das notas obtidas nas questões práticas e na peça processual, arredondando-se, se for o caso, para o número inteiro imediatamente superior.